

Jockey à venda

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Logo após Brasília ser inaugurada, em 1960, centenas de hectares de terras públicas foram doadas pela Novacap a entidades para a construção de suas sedes. Clubes, associações e igrejas foram beneficiados. Mas, no contrato de doação, o governo tomou precauções para que as áreas fossem preservadas da especulação imobiliária. Foram impostas restrições como a proibição da venda, locação ou empréstimo das terras. Estes impedimentos, entretanto, podem se evaporar na sessão de hoje da Câmara Legislativa.

Projeto do deputado José Edmar (PMDB) abre o caminho para um negócio milionário que já chama a atenção de construtoras, levanta suspeitas de deputados e está sendo alvo de ação judicial. O projeto cancela todas as cláusulas proibitivas que constam nas escrituras de doação feitas pela Novacap há mais de 20 anos.

De acordo com o texto, "os donatários poderão usar, gozar, dispor de suas áreas, respeitadas as normas de edificação e gabarito". O projeto foi aprovado numa das últimas sessões da Câmara, em dezembro do ano passado. Na época, Edmar era líder do governo na Casa. O texto acabou sendo vetado pelo governador Joaquim Roriz. Mas deputados articulam a derrubada do

veto hoje. Os parlamentares já derrubaram 12 vetos nas últimas sessões.

Um dos maiores beneficiados com o projeto de Edmar é o Jockey Clube de Brasília. Centenas de igrejas — não se tem o número preciso ainda — também seriam contempladas com a lei e estariam livre para fazer o que quisessem com seus terrenos.

A derrubada do voto seria a solução para os problemas do Jockey, que está enfrentando uma ação judicial da Terracap pela retomada do terreno. Está ameaçado de perder toda a sua área, que soma 140 hectares. Isso porque desrespeitou o contrato de doação que o impedia

de passar a área a terceiros — a pena para isso seria a revogação do benefício.

O Jockey arrendou, em 1995, 20 hectares para a construtora Saenco, do senador cassado Luiz Estevão. Além disso, assinou contrato de promessa de arrenda-

mento com a construtora Principal, do grupo Paulo Octávio, e com o empresário Sebastião Valadares. O Jockey ganha com o negócio R\$ 20 mil por mês.

Pela irregularidade, a Terracap entrou com ação para a retomada da área. A direção do Jockey, por sua vez, tenta uma saída audaciosa. Devolver parte da área dada para o governo e tomar providências no legislativo para que o terreno possa ter fins urbanos, residenciais e comerciais.



PROJETO DE JOSÉ EDMAR PERMITE VENDA DA ÁREA DO JOCKEY CLUBE, ARRENDADA EM 1967 PELA NOVACAP

PROJETO

Até um esboço do projeto de transformar o local em área residencial já foi desenhado. Nele estão previstas 240 projeções, agrupadas em 16 quadras residenciais. A direção do Jockey contratou em janeiro advogado para representá-la na negociação da proposta.

Nesse acordo, o Jockey ficaria com 60 projeções, além da área ocupada pela sede. As empresas arrendatárias da área não seriam esquecidas nesse negócio: receberiam 20 projeções cada, a título de indenização pela rescisão do contrato de arrendamento.

A assembleia em que a direção do clube decidiu contratar um advogado para negociar a área do Jockey ocorreu no dia 9 de dezembro. Pouco tempo depois, no dia 18 do mesmo mês, o projeto de Edmar era aprovado na Câmara.

Na prática, isso seria entregar de bandeja a empresas áreas originalmente públicas, doadas pelo governo. "Um grande esquema pode estar sendo articulado para beneficiar terceiros, lesando os cofres públicos. Essa negociação pode caracterizar o des-

cumprimento da lei", destaca o deputado federal Geraldo Magela (PT-DF). O deputado vai entrar com representação no Ministério Público para que o caso seja investigado.

A direção do Jockey alega que está apenas buscando uma solução que não cause prejuízos nem ao clube, nem à Terracap e nem aos arrendatários. "O que estamos fazendo é tentar resolver o problema judicial. Tudo foi aprovado em assembleia com os sócios", explicou o tesoureiro do Jockey, César Augusto Vasconcelos Azeredo.

Segundo ele, o Clube está há muito tempo em dificuldades financeiras e existe uma área ociosa que poderia ser aproveitada. "O Jockey sobrevive graças à mensalidade do arrendamento dessas áreas", explica. Somente de IPTU, o Jockey deve R\$ 6 milhões. O imposto não é pago desde 1972.

Um grupo de sócios, entretanto, não gostou da forma como a direção do clube conduziu o problema e entrou com ação na Justiça para anular a decisão de negociar as áreas. A ação está na 4ª Vara Cível.

DISFARCE

O projeto de Edmar, que libera a comercialização das terras dadas pelo governo, passou despercebido pela Câmara. Estava disfarçado. Em princípio, o texto trata de um assunto específico: a situação do Clube Vizinhança da 108 sul. O projeto garante ao clube, que tem um contrato de concessão com a Terracap, a doação do terreno.

"Somos a favor de se resolver o problema do Clube Vizinhança, mas o restante do projeto é absurdo. Vamos lutar pela manutenção do voto", diz o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB).

"Ficamos surpresos de saber que o projeto que resolvia o nosso problema também estava sendo usado para outros fins. Vamos reunir a diretoria do clube para tomar uma posição", contou o presidente do Vizinhança, Wagner Cabral da Costa. Ele contou que o deputado José Edmar esteve domingo no clube para mobilizar a direção e os sócios. "Ele nos chamou para ir à Câmara participar da votação", diz. O deputado José Edmar não foi encontrado ontem para falar do seu projeto.

